

# HOMOSSEXUALIDADE, LESBIANISMO E RESISTÊNCIA NAS DITADURAS IBÉRICAS DO SÉCULO XX: APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO COMPARATIVO

Raquel Afonso \*

## INTRODUÇÃO

O final do século XX e o início do século XXI marcaram o início dos movimentos LGBTIQ+ um pouco por todo o mundo, embora maioritariamente em países democráticos. Os *riots* de Stonewall, em 1969, são observados enquanto o marco histórico que faz espoletar a luta pelos direitos LGBTIQ+ mas, também, a luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. No entanto, ao contrário do que aconteceu em outros países, como os Estados Unidos, nos países que, durante o século XX, estiveram longamente sob alçada de regimes fascistas, como é o caso de Portugal e do Estado espanhol, estes movimentos tardaram a conseguir impor-se. Como consequência, grande parte dos estudos sobre movimentos e pessoas LGBTIQ+ surgem já no decorrer dos anos 1990. Não obstante, a história dos homossexuais e das lésbicas em ambos os países, nomeadamente durante as ditaduras

---

\* Raquel Afonso é investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea, onde desenvolve o projeto de doutoramento *Homossexualidade, lesbianismo e resistência nas ditaduras ibéricas do século XX: estudos de caso em comparação*, financiado pelo Fundo Social Europeu, pelo Programa Operacional Capital Humano e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/144371/2019). Integra ainda o projeto "FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th Centuries" (H2020-MSCA-RISE, Grant Agreement: 823998).

do século XX, continuou subtratada, principalmente no que à vida das pessoas de classes subalternas diz respeito.

A partir de uma investigação anterior, sobre a opressão e resistência dos homossexuais e das lésbicas durante o Estado Novo português (Afonso, 2019), foi perceptível a existência de possíveis semelhanças entre este e a ditadura espanhola, no que à repressão (homo)sexual diz respeito (particularmente a nível legal ou social). Esta perceção levantou novas questões e possibilitou o início de um estudo comparativo, que agora se desenvolve no Doutoramento em Estudos de Género (NOVA-FCSH/ISCSP/NOVA-DIREITO).

Este artigo apresenta, então, alguns apontamentos decorrentes dessa investigação em curso, inicialmente discutidos numa comunicação com o mesmo título apresentada na Conferência Internacional *Memória e aceleração da História, resistência e movimentos sociais*<sup>1</sup> (NOVA-IHC), e pretende colocar em evidência algumas semelhanças, como acontece a nível legislativo, mas também diferenças, nomeadamente nas formas que estas pessoas encontraram para resistir. Num primeiro momento, opta-se pela elaboração, sucinta, de um enquadramento da pesquisa em curso. Num segundo ponto, contextualiza-se a homossexualidade nas duas ditaduras, através da observação da diferença de classes e da visão da homossexualidade a partir do referente masculino e apresenta-se o enquadramento legal da homossexualidade. Finalmente, num terceiro momento, são abordadas as questões das opressões sociais e das formas de resistência destas pessoas. É ainda importante referir que os apontamentos apresentados respeitantes ao contexto espanhol são extraídos de bibliografia já consultada, não tendo sido ainda possível iniciar o terreno devido à crise pandémica vivida atualmente.

### TEMA, PROBLEMA E CAMINHOS A SEGUIR

A investigação em curso tem como tema a homossexualidade e o lesbianismo na ditadura salazarista e na ditadura franquista através de uma perspetiva comparativa. A questão principal incide na compreensão, a partir da recolha de memórias, do quotidiano da gente

---

<sup>1</sup> Que decorreu entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020.

comum<sup>2</sup> (Rodrigues, 2011) cuja orientação sexual era considerada um “desvio” dos padrões heteronormativos, que marcavam (e ainda marcam) as sociedades em análise. Sabendo que onde existe poder também existe resistência (Foucault, 1999 [1976]), pretende-se ainda compreender quais as *formas de resistência quotidiana* (Scott, 1985) e as práticas possíveis (Godinho, 2017) desenvolvidas por estas pessoas para conseguirem viver a sua homossexualidade e lesbianismo, já que ambos eram observados enquanto crime e doença nas duas ditaduras. É também importante considerar que estas opressões e resistências são diferentes entre homens homossexuais e mulheres lésbicas, tendo em conta os papéis de género.

Considerando o tema e problema propostos, a metodologia adotada é qualitativa e implica uma “visita ao passado”, na qual a memória enquanto fonte tem um papel fundamental (Fentress e Wickham, 1992: 14). A abordagem desenvolvida nesta investigação segue, então, os métodos da Antropologia, através dos caminhos da Etnografia Retrospectiva e dos Estudos sobre Memória. Para recolher as memórias destas pessoas pretende-se a realização de trabalho de campo com alguns homossexuais e lésbicas do Estado espanhol<sup>3</sup>, através de contactos com associações LGBTIQ+ (e outros possíveis), seguindo o sistema *bola de neve* (Burgess, 2001 [1997]: 59) que possibilitará, posteriormente, a realização de histórias de vida com guião semiestruturado. Além das fontes orais, é igualmente importante o acesso a fontes escritas<sup>4</sup> presentes em alguns arquivos, nomeadamente no Centro de Documentação e Arquivo da Polícia Judiciária (CDAPJ) e no arquivo do Albergue da Mitra, em Portugal, e no Archivo de Juzgados de Vagos y Maleantes e no Archivo del Patronato de Protección a la Mujer, em solo espanhol.

---

<sup>2</sup> É objetivo desta investigação estudar homossexuais e lésbicas de classes *subalternas*. No entanto, estas pessoas podem considerar-se enquanto subalternas, se observadas pelo prisma da sociedade, por terem uma sexualidade que é vista enquanto fora da norma.

<sup>3</sup> Mas também do Estado português, para efeitos de comparação. Conquanto já se tenha realizado de forma mais aprofundada em outro momento (Afonso, 2019), é objetivo acrescentar novas entrevistas a esta investigação.

<sup>4</sup> Congregando, assim, uma *estratégia múltipla* (Burgess, 2001 [1997]).

## CONTEXTUALIZAÇÃO: HOMOSSEXUALIDADE E LESBIANISMO NAS DITADURAS IBÉRICAS

### Diferença de classes e visão da homossexualidade a partir da referência do masculino

Segundo São José Almeida, durante o Estado Novo, Portugal vive um movimento, comum a toda a cultura ocidental, de padronização de preceitos rígidos da moral burguesa, que atinge a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular. Este movimento teve regras comuns, nomeadamente a diferença de classes, na qual existia um tratamento diferente de acordo com a classe social de cada um; o eixo do não-dito, onde não existia uma identidade partilhada nem uma cultura comum e, finalmente, a visão da sexualidade transgressora a partir da referência social que é o homem (Almeida, 2010: 28). Através da revisão bibliográfica efetuada, é perceptível que estas regras, nomeadamente a primeira e a última, também estavam presentes na ditadura franquista.

A primeira regra diz então respeito à diferença de classes. Em Portugal, no que toca à homossexualidade, verifica-se a existência de vários circuitos, com níveis de permissividade diferenciados, sendo que os que importam para este trabalho são o mundo das classes dominantes, no qual tudo era permitido, desde que não fosse assumido, e o mundo marginal, que seria o das classes subalternas.

O dinheiro (...) e o estatuto social permitem tratamentos diferentes. (...) os muito ricos consideravam aquilo que eles chamavam um «un peché», um pecadinho... (...) os ricos podiam pagar o silêncio (...) podiam ir ao estrangeiro e lá no estrangeiro praticar... sem serem conhecidos. [“Joaquim”].

No Estado espanhol parece ser possível encontrar uma situação semelhante. Os homossexuais que tivessem dinheiro ou fossem pessoas de meios influentes, desde que mantivessem as relações discretas podiam continuar a praticar a sua sexualidade. Por outro lado, os homossexuais de classes subalternas não tinham poder de negociação e, caso o seu “desvio” sexual fosse conhecido, a lei era-lhes aplicada, tal como acontecia em Portugal.

(...) los homosexuales que tenían dinero o estaban bien relacionados podían vivir tranquilos siempre que se diesen estas circunstancias: unas relaciones discretas – o, lo que viene a ser lo mismo, el ocultamento público de sus inclinaciones – y el acatamiento de los valores del régimen en el resto de los ámbitos. Muy otra era la suerte de los obreros y de quienes tenían un bajo nivel cultural, ya que su capacidad de negociación con los grupos de poder era nula; en el caso de sus preferencias fuesen conocidas (...) sobre ellos caía toda la fuerza de la ley. (Ugarte Pérez, 2008: 14).

A outra regra analisada neste artigo prende-se, então, com a visão da sexualidade transgressora a partir da referência do masculino. Apesar de “homossexual” ser utilizado comumente para designar tanto homens como mulheres, a verdade é que, segundo São José Almeida, a “homossexualidade” tinha sido concebida, tanto no século XIX como no século XX, para o universo dos homens (Almeida, 2010: 101), sendo geralmente utilizada para designar homossexuais do sexo masculino.

Assim, além das diferenças verificadas relativamente à classe social, é igualmente possível a observação de diferenças relativamente ao género e à homossexualidade e lesbianismo, em ambos os países. A repressão dos homens homossexuais era mais pública e visível, nomeadamente através do que pode designar-se por *controle social formal*<sup>5</sup>, aplicado tanto pelo salazarismo como pelo franquismo, como veremos posteriormente.

Por outro lado, a mulher era observada enquanto segunda figura, que existe em função da primeira. A atividade sexual era vista como do domínio masculino e reconhecer a existência de lésbicas era aceitar que as mulheres tinham iniciativa e desejo sexual, trilhando caminhos diferentes daqueles que lhes eram designados socialmente, tal como referem Juliano e Osborne (Juliano e Osborne, 2008: 10). Assim, o lesbianismo enquadrava-se no discurso do não-dito, no silêncio, não existindo no discurso oficial tanto no Estado espanhol como no

---

<sup>5</sup> Segundo Juliano e Osborne, os controlos sociais formais, i.e., a discriminação e a sanção jurídica, foram muito importantes na repressão à homossexualidade. A estes somavam-se os controlos sociais informais, feitos pela Igreja e outras instituições, pela família, etc., que tinham como objetivo mostrar que a autoridade era do domínio masculino (Juliano e Osborne, 2008: 8 e 9).

português. Ao contrário do que acontece com os homens homossexuais, o controlo às mulheres lésbicas era realizado através dos *meios informais*, como a família, a religião, etc.<sup>6</sup>.

Na altura nem sequer se falava na homossexualidade feminina. Era ignorada... Não existia! (...) As mulheres não podiam, estava fora de questão. [“Paula”].

Las mujeres que deseaban y se enamoraban de otras mujeres vivieron durante la dictadura en la más absoluta represión de su sexualidad, que las condenaba a un silencio y clandestinidad absolutas. (Platero Méndez, 2009: 24).

### Enquadramento legal da homossexualidade

É importante dar conta de que, legalmente, a homossexualidade não começa a ser punida em Portugal durante o regime salazarista, mas bastante antes, com o Código Penal de 1852, embora não diretamente, através de artigos sobre “sodomia” e “atentados ao pudor” sendo que, este último, estava enquadrado nos artigos 390º e 391º. No artigo 391º é referido que “todo o atentado contra o pudor de alguma pessoa de um ou outro sexo, que for cometido com violencia, quer seja para satisfazer paixões lascivas, quer seja por outro qualquer motivo, será punido com o degredo temporario.” (Cortes Gerais, 1955: 116). Já o artigo 390º dá conta que:

O ultraje público ao pudor, cometido por acção, ou a publicidade resulte de logar, ou de outras circunstancias de que o crime for acompanhado; e posto que não haja offensa individual da honestidade de alguma pessoa, será punido com a prisão de tres dias a um anno, e multa correspondente. (Cortes Gerais, 1855: 116).

Ou seja, o artigo 390º não especifica em que consiste o ultraje público ao pudor, nem refere explicitamente atos entre pessoas do mesmo sexo, o que abre caminho a várias interpretações legais (Cascais, 2016: 96). Durante o Estado Novo, e pela pesquisa realizada no CDAPJ, é visível que este artigo foi, por várias vezes, utilizado nas sentenças

---

<sup>6</sup> A coação às lésbicas era igualmente feita através do ingresso em hospitais psiquiátricos (Platero Méndez, 2010; Ugarte Pérez, 2011).

dadas a homens homossexuais, a partir da designação de “ultraje ao pudor”.

Com a instauração da I República (1910-1926) surge, segundo São José Almeida, pela primeira vez na época moderna, uma lei enquadradora da homossexualidade (Almeida, 2010), a lei de 20 de julho de 1912, sobre mendicidade, que estendia a definição de vadio a outros personagens, nomeadamente ao homossexual:

Artigo 3.º Será condenado em prisão correccional dum mês a um ano. 1º Aquele que se entregar à prática de vícios contra a natureza.” (Governo da República, 1912: 714).

Quando se dá o 28 de maio de 1926, a punição da homossexualidade está, então, indiretamente enquadrada na lei. Não obstante, o regime ditatorial otimiza o sistema<sup>7</sup>, com a revisão do Código Penal de 1954, e introduz os artigos 70º e 71º, que abordam a perigosidade do indivíduo, regulamentam medidas de segurança e a quem estas se aplicam.

Artigo 70.º São medidas de segurança: o internamento em manicómio criminal (...) o internamento em casa de trabalho ou colónia agrícola (...) a liberdade vigiada (...) a caução de boa conduta (...) e a interdição do exercício de profissão.

(...) Artigo 71º São aplicáveis medidas de segurança: (...) 4.º “Aos que se entreguem habitualmente à prática de vícios contra a natureza.” (Governo da República, 1954: 649 e 650).

Ao contrário do que acontecia em outros países, como Portugal, a legislação espanhola do século XIX não reconhecia a homossexualidade enquanto delito. A “sodomia” tinha sido despenalizada com o Código Penal de 1822 (influenciado pelo Código Napoleónico) produto da revolução francesa e, em 1870, são introduzidos pela primeira vez os delitos sexuais, tipificados em três figuras legais: os abusos desonestos, a corrupção de menores e o escândalo público<sup>8</sup> (Mira, 2004: 180).

---

<sup>7</sup> Embora sem alterar as condenações por “vícios contra a natureza”.

<sup>8</sup> Esta última figura penal, em particular, será utilizada de forma sistemática contra os homossexuais durante todo o século XX (Mira, 2004: 180).

Foi apenas em 1928, durante a ditadura de Primo de Rivera, que se inclui, no Código Penal, a homossexualidade enquanto delito, nomeadamente através do artigo 616º:

Artículo 616. El que, habitualmente o con escándalo, cometiera actos contrarios al pudor con personas del mismo sexo, será castigado con multa de 1.000 a 10.000 pesetas e inhabilitación especial para cargos públicos de seis a doce años. (Ministerio de Gracia y Justicia, 1928: 1505).

O Código Penal de 1932, já na II República (1931-1939), não contempla a homossexualidade, ressurgindo as antigas disposições sobre abusos desonestos, escândalo público e contra a honestidade, que estavam estabelecidas antes da ditadura primoriverista, ou seja, não referindo a homossexualidade. Em 1933, surge então a Ley de Vagos y Maleantes, idêntica à Lei republicana da Mendicidade, apesar de esta não referir, explicitamente, os homossexuais.

Com a chegada da ditadura franquista, verifica-se que a inclusão de legislação contra os homossexuais não é imediata, pois o regime estava mais preocupado com a perseguição a elementos políticos vistos como perigosos (Cáceres Feria e Macarro, 2016: 16). No entanto, no ponto 1 do artigo 431º do Código Penal de 1944, sobre delitos de escândalo público, está exposto que “Los que de cualquier modo ofendan si pudor o a las buenas costumbres con hechos de grave escándalo o trascendencia” (Ministerio de Justicia, 1944: 459), formulação ambígua, que não distingue atos homossexuais de heterossexuais, mas permite a criminalização dos primeiros.

Dez anos mais tarde, em 1954, a lei republicana de Vagos y Maleantes é alterada e os homossexuais são incorporados nos grupos “socialmente perigosos” (Cáceres Feria e Macarro, 2016: 16), através dos artigos 2º e 6º:

Artículo primeiro – Los numero segundo y undécimo del artículo segundo y el número segundo del artículo sexto de la Ley de Vagos y Maleantes, de cuatro de agosto de mil novecientos treinta y tres, quedan redactados en la siguiente forma:

«Artículo segundo – Número segundo. – Los homosexuales, rufianes y proxenetas.»



Artículo sexto – Número segundo. – A los homosexuales, rufianes y proxenetas, a los mendigos profesionales y a los que vivan de la mendicidada ajena, exploten menores de edad, enfermos mentales o listados, se les aplicarán, para que las cumplan todas sucessivamente, las medidas siguientes:

a) Internado en un establecimiento de trabajo o Colonia Agrícola. Los homosexuales sometidos a esta medida de seguridad deberán ser internados en Instituciones especiales y, en todo caso, con absoluta separación de los demás. (...) (Presidencia del Gobierno, 1954: 4862).

A Ley de Vagos y Maleantes está vigente até 1970, quando é substituída pela Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social, que surge a partir de várias transformações que estavam a ocorrer no país, nomeadamente a modernização económica ou o turismo (Cáceres Feria e Macarro, 2016: 18). A nova lei estabelecia um extenso catálogo de indivíduos e atividades perigosas para a sociedade, nomeadamente “(...) quien realizara actos de homosexualismo (...)” (Ferrarons, 2010: 78). Mais, é uma lei que pretende a reabilitação e que, em 1973, estabelece prisões para este fim, uma em Huelva, para homossexuais “passivos”, outra em Badajoz, para “ativos” (Arnalte, 2003: 172). A criação deste tipo de estabelecimentos não acontece em Portugal.

Artículo segundo. – Serán declarados en estado peligroso, y se les aplicaron las correspondientes medidas de seguridad y rehabilitación, quienes: A) Resulten provadamente incluídos en algunos de los supuestos de este artículo y B) Se aprecie en ellos una peligrosidad social.

Son supuestos del estado peligroso los siguientes: (...) Tercero. Los que realicen actos de homosexualidad.

Artículo sexto. – Las medidas de seguridad se aplicarán a los sujetos declarados en estado peligroso de la forma siguiente: (...)

Tercero. – A los que realicen actos de homosexualidad y las que habitualmente ejerzan la prostitución se les impondrán, para su cumplimiento sucessivo, las siguientes medidas:

a) Internamiento en un establecimiento de reeducación.

b) Prohibición de residir en el lugar o territorio que se designe o de visitar ciertos lugares o establecimientos públicos y sumisión a la vigilancia de los delegados. (Presidencia del Gobierno, 1970: 12552 e 12553).

Apesar de algumas semelhanças no texto legal propriamente dito, o Estado Novo mantém as leis que estabeleceu (em 1954) para homossexuais até ao final da ditadura, enquanto o regime franquista, após a reforma da Ley de Vagos y Maleantes em 1954, volta a endurecer a repressão aos homossexuais com a Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social, em 1970. Tal facto pode ser justificado porque “en Portugal, a medida que el Estado Novo va decayendo, las autoridades y el pueblo se ven con el serio problema de las guerras coloniales y se va haciendo menos efectiva la persecución de los homosexuales. En España, por el contrario, desde mediados de los 60 se venía asistiendo a una serie de reformas penitenciarias que tuvieron su correlato en los discursos científicos.” (Molina Artaloytia, 2019: 60 e 70).

É ainda importante referir que, apesar de, nos textos legais, a palavra utilizada ser “homossexual” (referindo-se a homens), estas leis também se aplicavam a lésbicas, tanto em Portugal, apesar de um número muito reduzido comparativamente a homens homossexuais, como no Estado espanhol (Cf. Osborne, 2008; Platero Méndez, 2010). Não obstante, a repressão às lésbicas, como supramencionado, era realizada através dos *controles sociais informais*.

## OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

### Opressões sociais

Tal como refere Arturo Arnalte, reduzir a experiência de homossexuais e lésbicas a “experiencias de represión médica, policial y judicial es presentar la parte como el todo. La mayoría de los gays y lesbianas (...) no fueron encarcelados, no sufrieron terapia aversiva, no quedaron atrapados en redadas policiales y no acabaron fichados en comisarías de policía (...)” (Arnalte, 2003: xxiii). Por isso, é importante perceber a que tipo de repressão social estavam sujeitas estas pessoas, pois o estigma

que pairava sobre homossexuais e lésbicas era grande, tanto no salazarismo como no franquismo.

Durante o Estado Novo, a repressão e a *homofobia social* estavam muito presentes, porque a mentalidade da sociedade inscrevia-se num *habitus* (Bourdieu, 2006 [1979]) heteronormativo e observava a homossexualidade nos mesmos parâmetros que o Estado, ou seja, enquanto crime, doença e desvio. Inclusivamente, estas pessoas corriam o risco de serem denunciadas por vizinhos ou familiares à polícia, por exemplo, o que também podia acontecer no Estado espanhol.

(...) havia outra repressão que era muito mais eficaz, que era a repressão social. A imagem que a sociedade assumia sobre os homossexuais era muito negativa (...)” [“José”].

Havia uma pressão constante para seguir os padrões heteronormativos, tanto no caso dos homens homossexuais como no caso das mulheres lésbicas, embora mais acentuado no caso das mulheres pelas diferenças de género, isto é, pelos papéis que estavam destinados à mulher, o de esposa e mãe. Este tipo de situações acaba por levar a que estas pessoas reprimam a sua identidade sexual, parcial ou totalmente, podendo igualmente gerar situações de homofobia e lesbofobia interiorizada.

No Nuevo Estado, e a partir da bibliografia consultada, é perceptível que a repressão social homofóbica e lesbofóbica era também uma realidade (Arnalte, 2003; Cáceres Fera e Macarro, 2016). O medo era generalizado e os homossexuais e lésbicas eram estigmatizados no seio familiar, laboral, etc., tal como acontecia em Portugal. Mais, segundo Albert Ferrarons,

La interiorización del machismo y de la homofobia por parte del pueblo (el vecino de arriba, el compañero de trabajo, el familiar político) fue el verdadero éxito del franquismo. La persecución y la presión sociales, materializadas mediante la delación, fueron mucho más efectivas que la represión policial y judicial.” (Ferrarons, 2010: 84). Assim, a pressão para cumprir as normas heterossexuais estava também bastante presente, o que leva a que muitos homossexuais e lésbicas acabem por contrair matrimónio (Olmeda, 2013 [2004]: 66).

No caso das mulheres lésbicas, o controlo social informal exercido pela Igreja e a influência desta na educação e socialização das mulheres parece ter tido um papel de maior relevo, comparativamente ao Estado Novo. É verificável que algumas foram denunciadas e enviadas para instituições sociais como a do Patronato de Protección a la Mujer<sup>9</sup>, com o objetivo de serem regeneradas (Arnalte, 2003: 7). A pesquisa conduzida no arquivo do Albergue da Mitra levou à descoberta de uma instituição em Portugal, que possivelmente teria os mesmos propósitos, o Instituto de Santa Madalena<sup>10</sup>.

A autorrepressão da sua identidade e a homofobia e lesbofobia interiorizada também aparentam ser uma realidade no contexto franquista, pois, tal como refere Alberto Mira,

El homosexual podía encajar mejor en la sociedad si interiorizaba el odio a la homosexualidad. El elemento homofóbico, comprensible en la lógica heterosexista, se exhibe también en determinadas manifestaciones homófilas. Es un proceso que se ha denominado «interiorización de la homofobia» (...) (Mira, 2004: 304).

### Estratégias de resistência

Compreende-se então que os homossexuais e lésbicas viviam reprimidos, não só pela opressão que era aplicada pelos Estados ditatoriais como também pela que era exercida pela sociedade em geral. Durante o Estado Novo, e apesar da repressão a que estavam sujeitas, estas pessoas engendraram formas de resistência à heteronormatividade, de forma a poderem viver a sua sexualidade. Estas práticas caracterizavam-se pela ocultação e dissimulação (Afonso, 2019). A primeira era elaborada através dos discursos para com outras pessoas, nos quais a orientação sexual era escondida. No entanto, a ocultação podia também acontecer através das práticas. No caso das lésbicas, esta era menos difícil, porque geralmente duas mulheres eram vistas

<sup>9</sup> O Patronato de Protección a la Mujer foi uma instituição criada pelas autoridades franquistas, em 1941, “(...) para regenerar a las mujeres descarriadas: pequeñas delinquentes, mendigas, escapadas de casa, madres solteras, etc.” (Arnalte, 2003: 57).

<sup>10</sup> No entanto, apenas foi possível a consulta dos Estatutos da referida Instituição, que não referem o lesbianismo, não tendo sido possível, até à data, obter resposta no que diz respeito ao paradeiro ou existência dos processos relativos às albergadas.

enquanto amigas. Já no caso dos homens, podia ser mais difícil, se fossem “efeminados” ou não. Alguns dissimulavam a sua sexualidade a partir de relações heterossexuais de *fachada* (Goffman, 2002 [1975]).

Quando aparecia [com alguém], era uma amiga minha que era como o normal, não era assumido que era uma namorada. [“Clara”].

Não... Eu não era... Eu não era efeminado, nem tinha gostos efeminados, portanto eu não precisava de esconder (...) [“Joaquim”].

Considerando que a sua sexualidade não podia ser explícita, os homossexuais encontraram determinados lugares para a prática sexual dissimulada, nomeadamente parques, urinóis, vãos-de-escada de prédios, etc. No caso das lésbicas, as relações que mantinham restringiam-se, muitas vezes, ao âmbito privado (i.e., da sua casa). Os bares, que começam a surgir nos finais dos anos 60, começam também a ser local de encontro. Por toda a repressão a que estavam sujeitos, os homossexuais e lésbicas com quem privei consideraram demasiado arriscado tentarem organizar-se para lutar pelos seus direitos. Por isso, estiveram “na clandestinidade”, ou “no armário”, até muito tarde, mantendo estas *formas de resistência quotidiana* já depois do término da ditadura portuguesa e iniciando o movimento apenas nos anos 90.

Através das leituras realizadas, verifica-se que, no franquismo, as estratégias desenvolvidas pelos homossexuais e lésbicas para viverem a sua sexualidade eram idênticas às utilizadas no Estado Novo. A existência de um *discurso oculto* (Scott, 1990) parece evidente e a dissimulação, no caso dos homens, passava igualmente pela utilização de espaços públicos para a prática de relações sexuais, as designadas *zonas de ambiente* (Ferraroni, 2010: 84). Quanto à situação das lésbicas, vemos que a estratégia passava também pelo “aproveitamento” de se considerar que duas mulheres são apenas amigas, de forma a manter relacionamentos e a praticar a sexualidade dentro de casa, como também acontecia no regime salazarista:

Encontramos estrategias de resistencia y ocultación para sus relaciones afectivo-sexuales y su identificación sexual, adaptadas a la realidad social y cotidiana que vivieron: algunas veces camuflaron sus relaciones afectivo-sexuales en otro tipo de relaciones de parentesco (cuñadas, hermanas, primas...)

socialmente aceptables y que les permitieron (...) ser prácticamente invisibles para el régimen franquista. (Platero Méndez, 2008: 210).

No entanto, existem relatos que nos reportam para pequenos oásis de liberdade barceloneses para lésbicas, como cafês, banhos orientais e acampamentos, por exemplo (Albarracín, 2008: 80 e segs.). Possivelmente, tal também terá acontecido pelas diferenças de permissividade entre as várias nações subestatais espanholas (Cf. Aparicio, 2007).

Ao contrário do que aconteceu durante o salazarismo, as estratégias para resistir durante o franquismo foram além das denominadas *formas de resistência quotidiana* (Scott, 1985). Com o endurecimento da repressão legal para com os homossexuais e lésbicas a partir da Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social, de 1970, estas pessoas tiveram a necessidade de resistir de outra maneira, através da criação de grupos clandestinos para lutar contra a repressão (Tomàs, 2003: 188). O primeiro deles foi o Movimento Español de Liberación Homosexual (MELH), durante o ano de 1970.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Tentou-se, ao longo deste artigo, apresentar as várias semelhanças e outras tantas diferenças no que diz respeito à homossexualidade e lesbianismo nas ditaduras ibéricas do século XX, às opressões sofridas a nível social e às formas como estas pessoas tentaram resistir, a partir de um trabalho já realizado anteriormente e da revisão de literatura acerca do contexto espanhol. Compreende-se que, em ambos os contextos, a diferença de tratamento em relação à classe social e ao género era uma realidade. Verifica-se também que as leis que eram aplicadas, nomeadamente aos homossexuais (e às lésbicas) eram muito semelhantes nos dois países. No entanto, já existiam leis que criminalizavam a homossexualidade quando se inicia o Estado Novo, ao contrário do que acontece no contexto franquista, que só em 1954 aplica lei contra os homossexuais. Assiste-se ainda a um aumento da repressão legal no Nuevo Estado que não tem paralelo na ditadura salazarista, provavelmente por esta estar, na altura, a braços com a guerra colonial (Molina Artaloytia, 2019).

Além destas repressões legais, os homossexuais e as lésbicas confrontavam-se também com o estigma, o *fracasso* de possuírem uma

sexualidade *dissidente*. Em ambas as ditaduras a *homofobia e lesbofobia social* estão muito presentes e condicionam a vida destas pessoas, cuja pressão para seguir os padrões heteronormativos, por parte da família, amigas e amigos ou outras instituições era uma realidade. Não obstante, a literatura consultada sobre o regime franquista permite perceber que o controlo informal exercido pela Igreja às mulheres lésbicas teve uma influência de maior relevo, em comparação com o que aconteceu durante o Estado Novo.

Por último, e através das opressões exercidas tanto pelos Estados ditatoriais como pela sociedade em geral, estas pessoas tiveram a necessidade de engendrar estratégias para viverem a sua sexualidade. E aqui também se observam diferenças. Apesar de, tanto na ditadura salazarista como na franquista, as *formas de resistência quotidiana* (Scott, 1985) serem muito semelhantes em relação aos homossexuais, existem algumas especificidades em relação às lésbicas no contexto barcelonês (pelo menos), que não são visíveis em Portugal. Além disso, o endurecimento da repressão na ditadura franquista leva a outras formas de resistência, nomeadamente através da criação de grupos clandestinos ainda durante a ditadura, como o MELH. Em Portugal este tipo de resistência só surge após o final da ditadura, já na década de 1980.

As possíveis semelhanças e diferenças só poderão ser confirmadas com a ida para o terreno espanhol, que ainda não foi possível devido à crise pandémica vivida atualmente. Tal como referem Chauncey, Duberman e Vicinus, a história da homossexualidade e do lesbianismo foi negada ou ignorada, omitida da História (Chauncey *et al*, 1989: 13). A situação que se vive hoje torna ainda mais urgente a recolha destas memórias e a partilha destas histórias porque nos mostram que, mesmo em tempos difíceis, é possível acreditar que um outro futuro é possível.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Raquel, 2019, *Homossexualidade e resistência no Estado Novo*, Ourém, Lua Eléctrica.
- ALBARRACÍN, Matilde, 2008, “Libreras y tebeos: las voces de las lesbianas mayores”, Platero Méndez, Raquel (coord.), *Lesbianas. Discursos y representaciones*, Barcelona, Editorial Melusina: 191-212.
- ALMEIDA, São José, 2010, *Homossexuais no Estado Novo*, Sextante Editora.
- APARICIO, Nathan Baldez, 2007, *Vagos, Maleantes... Y homosexuales: La Represion a Los Homosexuales Durante El Franquismo*, Malhivern.
- ARNALTE, Arturo, 2003, *Redada de Violetas. La represión de los homosexuales durante el franquismo*, Madrid, La esfera de los libros.
- BOURDIEU, Pierre, 2006 [1979], *A Distinção – crítica social do julgamento*, Editora Zouk.
- BURGESS, Robert, 2001 [1997], *A Pesquisa de Terreno*, Uma Introdução, Oeiras, Celta Editora.
- CÁCERES FERIA, Rafael & MARCO MACARRO, María, 2016, *La represión de la disidencia sexual en Andalucía durante el franquismo y la transición política española*, Proyecto presentado a la convocatória de subvenciones para actuaciones exhumatorias y actividades de investigación y difusión de la Consejería de Administración Local y Relaciones Institucionales (Orden de 12/6/2013, BOJA nº 129 de 04/07/2013) y subvencionado mediante Resolución de 16/12/13 (não publicado).
- CASCAIS, António Fernando, 2016, “A homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX”, *International Journal of Iberian Studies*, 29, 2: 95-112.
- CHAUNCEY, George, DUBERMAN, Martin & VICINUS, Martha, 1989, “Introduction”, Duberman, Martin; Vicinus, Martha &



- Chauncey, (eds.), *Hidden from History: Reclaiming the Gay & Lesbian Past*, New York, Penguin Books: 1-13.
- CORTES Gerais, 1855, *Código Penal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, 1992, *Memória Social*, Lisboa, Editorial Teorema.
- FERRARONS, Albert, 2010, *Rosa sobre Negro – Breve historia de la homosexualidad en la España del siglo XX*, Barcelona & Madrid, Editorial Egales.
- FOUCAULT, Michel, 1999 [1976], *História da Sexualidade I, A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- GODINHO, Paula, 2017, *O Futuro é Para Sempre. Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*, Lisboa e Santiago de Compostela, Letra Livre, Através Editora.
- GOFFMAN, Erving, 2002 [1975], *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Editora Vozes, Petrópolis.
- GOVERNO da República, 1912, “Lei, de 20 de Julho”, *Diário do Governo*, 177: 2714-2715.
- GOVERNO da República, 1954, “Decreto-lei nº 39688”, *Diário do Governo*, 122: 646-653.
- JULIANO, Dolores & OSBORNE, Raquel, 2008, “Prólogo: Las estrategias de la negación. Desentenderse de las entendidas”, Platero Méndez, Raquel (coord.), *Lesbianas. Discursos y representaciones*, Barcelona, Editorial Melusina: 7-16.
- MINISTERIO de Gracia y Justicia, 1928, “Código Penal 1928”, *Gaceta de Madrid*, 257: 1454-1520.
- MINISTERIO de Justicia, 1944, “Código Penal 1944”, *Boletín Oficial del Estado*, 13: 427-472.
- MIRA, Alberto, 2004, *De Sodoma a Chueca. Uma historia cultural de la homosexualidad en España en el siglo XX*, Madrid & Barcelona, Editorial Egales.
- MOLINA ARTALOYTIA, Francisco, 2019, “Scientia sexuales y «homosexualidades» en las dictaduras ibéricas”, Mora, Víctor & Huard, Geoffroy. (eds.), *40 años después. La*

- despenalización de la homosexualidad en España*, Barcelona & Madrid, Editorial Egales: 36-82.
- MONFERRER TOMÀS, Jordi, 2003, “La construcción de la protesta en el movimiento gay español: la Ley de Perigosidad Social (1970) como facto precipitante de la acción colectiva”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 102: 171-204.
- OLMEDA, Fernando, 2013 [2004], *El látigo y la pluma: homosexuales en la España de Franco*, Madrid, Polifermo7. [edição ePub]
- OSBORNE, Raquel, 2008, “Un espeso muro de silencio: de la relación entre una «identidad débil» y la invisibilización de las lesbianas en el espacio público”, *ASPARKÍA*, 19: 39-55.
- PLATERO MÉNDEZ, Raquel (Lucas), 2010, “Ejercicios de memoria histórica: cuerpos sexuados y franquismo”, *Seminario Mujeres, lesbianismo, normalización y estudios Queer*, Centro de Estudios Andaluces: 1-14.
- PLATERO MÉNDEZ, Raquel, 2008 (coord.), *Lesbianas. Discursos y representaciones*, Barcelona, Melusina.
- PLATERO MÉNDEZ, Raquel, 2009, “Lesboerotismo y la masculinidad de las mujeres en la España franquista”, *Bagoas*, 3: 15-38.
- PRESIDENCIA del Gobierno, 1954, “Ley de 15 de Julio de 1954”, *Boletín Oficial del Estado*, 198: 4862.
- PRESIDENCIA del Gobierno, 1970, “Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social”, *Boletín Oficial del Estado*, 187: 12551-12557.
- RODRIGUES, Aurora, 2011, *Gente Comum – Uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz.
- SCOTT, James C., 1985, *Weapons of the Weak – Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University.
- SCOTT, James C., 1990, *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University.
- UGARTE PÉREZ, Javier, 2008 (eds.), *Una Discriminación Universal. La homosexualidad bajo el franquismo y la transición*, Barcelona – Madrid, Editorial Egales.

UGARTE PÉREZ, Javier, 2011, *Las circunstancias obligaban. Homoerotismo, identidad y resistencia*, Madrid, Editorial Egales.